

Conselhos e comissões poderão representar o povo brasileiro

O polêmico Decreto 8.243/2014 foi assinado pela presidente Dilma Rousseff em 23 de maio deste ano e está em votação no Congresso

O Decreto 8.243, encaminhado pela presidente Dilma Rousseff, que trata da Política Nacional de Participação Social (PNPS), causa polêmica e o Congresso Nacional está analisando muito bem a proposta antes de aprová-la. De acordo com o renomado advogado Ives Gandra da Silva Martins, em seu artigo, intitulado Vozes Bolivarianas, a presidente quer com o decreto “tornar o Executivo, o verdadeiro e único poder, reduzindo o Congresso Nacional a um organismo acólito (assistente)”.

Ele e muitas entidades tem enviado os manifestos publicados para reflexão dos congressistas, em oposição ao Decreto. O advogado paulista ainda destaca que a partir desse decreto “as políticas públicas e sociais não mais serão definidas pelo Poder Legislativo, mas, por este grupo limitado de cidadãos enquadrados nestes organismos”.

Punhado de pessoas

Em outro artigo assinado por ele, intitulado Um Congresso Inexpressivo, Gandra frisa que o decreto pretende “que a autêntica representação

popular de 200 milhões de brasileiros seja substituída por um punhado de pessoas, que passará a definir a política social de todos os Ministérios, indicando ao Executivo como deve agir! A linha da proposta é tornar o Congresso Nacional uma Casa de tertúlias acadêmicas, pois os conselhos e comissões eleitos pelo povo serão aqueles que dirigirão o País”. Complementou, ainda, que “às vezes, tenho a impressão, com todo o respeito que tenho pela figura da presidente da República, que ela tem recaídas guerrilheiras”. Confira a entrevista a seguir e, por meio do QR Code, os artigos publicados no Portal **Expansão RS**, assinados pelo entrevistado.

Cargos renomados

Gandra participou da criação da Constituição Federal, é professor emérito das Universidades Mackenzie, Unip, Unifício, Unifmu, do CIEE/O Estado de São Paulo, das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército - Eceme e Superior de Guerra - ESG; professor honorário das Universidades Austral (Argentina), San Martín de Porres (Peru) e Vasilii Goldis (Romênia); doutor honoris causa da Universidade de Craiova (Romênia) e catedrático da Universidade do Minho (Portugal); presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomércio/SP, e presidente honorário do Centro de Extensão Universitária.



O senhor é filiado a algum partido? Qual?

A nenhum. Presidi o Partido Libertador em São Paulo de 1962 a 1964 e deixei definitivamente a política com o Ato Institucional 2, que extinguiu os 13 partidos existentes à época.

Sua opinião sobre a política?

Tem excesso de políticos, escassez de estadistas, uma legião de corruptos e um exército de aproveitadores.

O que deveria mudar?

Diminuição do número de partidos [cinco a sete no máximo], voto distrital misto, representação popular idêntica na Câmara – cada voto de um brasileiro deveria valer o mesmo em todos os Estados – mantendo-se a diferença de representação popular no Senado, em que, independentemente da população, todos os Estados teriam idêntica representação. Sem parlamentarismo, é difícil qualquer modificação. Sou parlamentarista. Lijphart, em 1984, procurou estudar os países que não tinham tido ruptura institucional desde a 2ª Guerra Mundial. Encontrou apenas 20 (19 parlamentaristas e um presidencialista – EUA). (Democracies – Ed. Yale University).

O que o povo brasileiro precisa saber sobre o Decreto 8.243?

É um decreto para promover a ditadura a ser exercida por quem detém o poder. Em dois artigos a respeito, intitulados *Por um Congresso Inexpressivo e Vocação Bolchevariana*, falo sobre o assunto (os artigos estão publicados no Portal **Expansão RS**).

Por que o senhor defende que esse decreto quer alijar (afastar) o Congresso Nacional?

Porque, com o decreto, as comissões e conselhos é que decidirão sobre as políticas sociais com o Executivo.

E por que o senhor considera o decreto ditatorial?

Porque o Congresso Nacional Brasileiro seria aliado das decisões das comissões e dos Ministérios a que estão subordinadas.

O que isso de fato pode mudar na vida de um cidadão? Pode explicar por meio de um exemplo bem simples?

Há, hoje, liberdade de imprensa no Brasil. Se a comissão declarar, em 'nome do povo', que a verdadeira democracia é o 'controle de conteúdo', poderá o governo aderir à vontade popular e começar a 'implementar' (palavra do decreto) medidas para o controle da liberdade de imprensa no País.

O que o povo pode e deve fazer para evitar que situações como esta aconteçam de novo?

Por meio do voto nas próximas eleições e pressionando o Congresso para anulá-lo (art. 49, inciso XI da CF/88) ou ingressando no Poder Judiciário. ▲

“ Tem excesso de políticos, escassez de estadistas, uma legião de corruptos e um exército de aproveitadores. ”



Qual a sua opinião sobre a postura do povo brasileiro?

É menos ativo, em matéria política, que a maioria dos povos.

Como fazer o povo 'acordar', se ele não é articulado?

Nos meus livros *Uma Breve Teoria do Poder* e *O Estado de Direito e o Direito do Estado* sugiro uma série de propostas.

O Legislativo é realmente a representação do povo?

São 140 milhões de eleitores que o escolheram. Se não é a melhor representação, é porque a culpa é nossa.

O senhor acredita nos políticos e suas promessas?

Não.

Sua opinião sobre o povo votar por dever e não por querer, e por não ter candidato melhor.

Vota por obrigação, sem convicção, por falta de formação política, que de-

veria ser dada nas escolas, como se fazia antigamente com os cursos de civismo. E muita gente boa hoje não se candidata por entender que o ambiente político está corrompido.

É necessária uma reforma política (independente do partido)?

Acredito, tanto que presido a Comissão de Reforma Política da OAB/SP.

Há democracia e os direitos são, realmente, atendidos?

No meu livro *Uma Breve Introdução ao Direito* demonstro que nossa democracia é, ainda, uma 'democracia de acesso', ou seja, reduzida a escolher os representantes, mas não cobrá-los e participar da representação.

Quem pode ajudar o povo?

Todo aquele que, nos limites de sua influência, lutar (escrivendo, fazendo palestras, etc.) para ensinar o povo a se conscientizar de que participar do processo é um dever cívico, mesmo não almejando qualquer poder pessoal. ●



Accesse esta QR Code a partir de um smartphone ou tablet

Leia mais em expansaores.com.br